

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.685 - RS (2018/0323449-8)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
EMBARGANTE : **HELIO DO VALLE PEREIRA**
EMBARGANTE : **KAREM MIRIAN DIDONE**
EMBARGANTE : **MARIA REGINA SIMONE RAMOS**
EMBARGANTE : **NADIA GRUSENKA COMIOTTO**
EMBARGANTE : **PAULO PAIM BRASCHER**
EMBARGANTE : **RICARDO JOSE DA ROSA**
EMBARGANTE : **TATIANA SAMPAIO RUSSI**
EMBARGANTE : **VERA MARIA GARCIA**
EMBARGANTE : **DANIEL NATIVIDADE RODRIGUES DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **PEDRO MAURÍCIO PITA DA SILVA MACHADO E OUTRO(S) -**
RS024372
LUIZ GUILHERME BITTENCOURT MARINONI - PR013073
DANIEL FRANCISCO MITIDIERO - RS056555
EMBARGADO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por HÉLIO DO VALLE PEREIRA e OUTROS contra decisão, de minha lavra, às e-STJ fls. 1.879/1.882, em que determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que lá fiquem sobrestados aguardando o julgamento do RE 870.947/SE (Tema 810 – RG) pelo Supremo Tribunal Federal.

A parte embargante sustenta que a questão jurídica objeto do recurso especial não é a contida no Tema 810 do STF, mas dos Temas 96 (incidência de juros da data do cálculo até a expedição de pagamento) e 1.037 (incidência de juros entre a data da expedição do requisitório e seu efetivo pagamento) da Suprema Corte, que tiveram a repercussão geral reconhecida.

Impugnação às e-STJ fls. 1.889/1.892.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

In casu, da análise dos autos, verifica-se que assiste, em parte, razão ao embargante.

Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral dos temas discutidos neste recurso, quais sejam, incidência de juros de mora entre a data do cálculo e a requisição do precatório (RE 579.431 – Tema 96 – RG), e incidência de juros da mora no período compreendido entre a data da expedição do

precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV) e o efetivo pagamento (RE 1.169.289/SC – Tema 1.037 – RG).

Ocorre que, em 19/04/2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do RE 579.431/RS (Tema 96) e firmou entendimento no sentido do que "incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório".

Já com relação ao Tema 1.037, afetado à sistemática da repercussão geral, esta Corte orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo sobrestados no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Confirmam-se as seguintes decisões monocráticas no mesmo viés: AREsp 1.379.039/PE, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 08/11/2018; REsp 1.686.774/PE, Relator Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 20/10/2017; REsp 1.397.717/SC, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 08/05/2018.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado a esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Registre-se que essa medida visa evitar também o desmembramento do apelo especial e, em consequência, eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou unicidade recursal.

Ante o exposto, ACOLHO EM PARTE os embargos de declaração para alterar a fundamentação da decisão de e-STJ fls. 1.879/1.882, mantendo a determinação de devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, no que toca ao Tema 96, sejam aplicadas as medidas cabíveis previstas no art. 1.040 do CPC/2015, conforme o caso; bem como para que lá fiquem sobrestados aguardando o julgamento do Recurso Extraordinário 1.169.289/SC (Tema 1.037 – RG) pelo Supremo Tribunal Federal e, após sua publicação, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema posto em repercussão geral.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator